ISBN: 9786588884546

PLANO DE RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM (PRA) E A GESTÃO ESCOLAR: UM OLHAR A EXPERIÊNCIA DE DIRETORES DE MINAS GERAIS

CARLA DA CONCEIÇÃO DE LIMA

RESUMO

Algumas políticas públicas, formuladas e implementadas após a pandemia do SARS COVID-19, caracterizam-se, entre outros traços, pela utilização de instrumentos em prol da recomposição das aprendizagens. Esses instrumentos influenciam diretamente o funcionamento e os resultados que a política é capaz ou não de produzir. O objetivo deste artigo é analisar a aderência dos instrumentos aos objetivos do Plano de Recomposição da Aprendizagem (PRA), a partir da percepção dos diretores escolares que atuam nas escolas estaduais que ofertam o Ensino Fundamental e/ou o Ensino Médio na rede estadual de Minas Gerais. Para tal, o resumo tem como fundamentação teórica estudos no campo da implementação de políticas públicas e gestão escolar. A metodologia adotada é quantitativa com aplicação de questionário para os diretores da rede estadual de Minas Gerais. Os dados foram analisados no software SPSS para obter as estatísticas descritivas sobre o perfil do diretor, a escola, a implementação do PRA. Os 1285 diretores que responderam ao questionário afirmam que existe aderência dos instrumentos, especificamente o reforço escolar e a intervenção pedagógica, aos objetivos do PRA. Entretanto, por conta da margem de discrionariedade desses atores escolares os instrumentos acabam tendo distintas configurações, como a recuperação durante a aula que não é estabelecida pelo PRA. Para as pesquisas futuras indica-se o estudo qualitativo que analise as distintas configurações do PRA, bem como o detalhamento da participação da gestão escolar na implementação e efetividade dessa política pública, sem perder de vista o levantamento de evidências que contribuam para seu aperfeiçoamento enquanto política pública.

Palavras-chave: Políticas públicas; Implementação; Gestor escolar.

1 INTRODUÇÃO

Algumas políticas públicas, formuladas e implementadas após a pandemia do SARS COVID-19, caracterizam-se, entre outros traços, pela utilização de instrumentos em prol da recomposição das aprendizagens, buscando dirimir as desigualdades educacionais aprofundadas por fatores socioeconômicos, étnicos e territoriais (Lima *et al*., 2022). Em sua formulação as políticas de recomposição da aprendizagem têm estabelecido arranjos institucionais, isto é, um "conjunto de regras, mecanismos e processos que definem a forma particular como se coordenam atores e interesses na implementação de uma política específica" (Gomide; Pires, 2014, p. 19), além de configurar o nível de coordenação entre os implementadores das diferentes instâncias.

Nesse sentido, os instrumentos que compõem os arranjos institucionais consolidam o desenho da política e "influenciam diretamente no seu funcionamento, determinando as posições e os recursos disponíveis aos atores, assim como os resultados que o arranjo será capaz ou não de produzir". Entretanto, estudos no campo das políticas públicas, particularmente sobre a recomposição das aprendizagens no pós-pandemia, têm evidenciado as legislações e documentos orientadores (Damasceno et al, 2022), as aprendizagens dos beneficiários das políticas (GATTI, 2020; Bartholo et al, 2023) ou os agentes implementadores (Duarte et al,

DOI: 10.51189/iv-ensipex/50902

ISBN: 9786588884546

2022), posicionando em lugar periférico os referenciais analíticos que investigam a aderência dos instrumentos aos objetivos da política.

Essa constatação também é encontrada nos estudos sobre a política pública Plano de Recomposição da Aprendizagem (PRA), instituída pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) e promulgada pela Resolução SEE nº 4.825 de 07 de março de 2023, com o objetivo de "reduzir a defasagem de aprendizagem dos estudantes acumuladas ao longo da escolarização; realizar estratégias de ensino com foco na recomposição das aprendizagens através das habilidades previstas na BNCC[1] e no Currículo Referência de Minas Gerais" (Minas Gerais, 2023, p. 5). As parcas pesquisas sobre o PRA (Marciano, 2023) apresentam as fases da política pública, mas sem articulá-las a composição, configuração e influência do instrumento escolhido sobre o processo de implementação (Spínola; Ollaik, 2019). Nota-se, ainda, que as pesquisas colocam pouca luz sob a análise da percepção e atuação da equipe diretiva – diretor e supervisor escolar – em relação aos instrumentos do PRA.

O objetivo deste artigo é analisar a aderência dos instrumentos aos objetivos do Plano de Recomposição da Aprendizagem (PRA), a partir da percepção dos diretores escolares que atuam nas escolas estaduais que ofertam o Ensino Fundamental e/ou o Ensino Médio na rede estadual de Minas Gerais. Optou-se por esses dois segmentos da educação básica devido ao atendimento da rede estadual a essas etapas.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O contexto de pesquisa, como anunciado, é a rede estadual de Minas Gerais, que em âmbito educacional possui 3.459 escolas em seus 843 municípios, situados em uma área territorial de 586 513,983 km², que equivale a 6,89% do território brasileiro. Em virtude disso, a abordagem metodológica é quantitativa, que segundo Santos Filho e Gamboa (2009, p. 42), busca explanar "as causas das mudanças nos fatos sociais, principalmente por meio de medida objetiva e análise quantitativa". Trata-se de um estudo exploratório que busca captar a percepção do diretor em todo o Estado.

Para tal, adotamos como instrumento metodológico um questionário composto por 32 questões, sendo seis abertas, que versavam sobre o perfil do respondente; a escola; a gestão da escola, a recomposição da aprendizagem. De acordo com Souza (2005, p. 133) os questionários são "dispositivos normatizados e padronizados, que captam a presença ou ausência de determinada característica ou atributo do indivíduo, permitindo medir a magnitude com que essa característica ou atributo se distribui naquele grupo". No tocante ao processo de coleta dos dados, com anuência de 40 Superintendências Regionais de Ensino de Minas Gerais, o questionário foi enviado entre agosto e dezembro de 2024 por e-mail institucional de todas as escolas.

Os sujeitos da pesquisa foram selecionados a partir da adesão em participar da primeira fase da pesquisa intitulada *A implementação do Plano de Recomposição da Aprendizagem (RPA) em escolas da rede estadual de Minas Gerais*, aprovada no Edital CICT 04/2023 PIBIC e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Os sujeitos foram informados/as dos objetivos e procedimentos do estudo e assinalaram no questionário o consentimento de participação na pesquisa. Também foi informada a confidencialidade dos dados preenchidos no questionário, bem como a participação voluntária na pesquisa.

Para a análise dos dados utilizados o software SPSS versão 20 para realizar as estatísticas descritivas que permitiram a sintetização em uma série de valores da mesma natureza e a visão global da variação. Dessa forma, os dados foram agrupados em categorias

[1] Base Nacional Comum Curricular

DOI: 10.51189/iv-ensipex/50902

ISBN: 9786588884546

estratificadas pelos temas das questões que são apresentadas a seguir.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário foi respondido por 1285 diretores, sendo 924 do sexo feminino e 356 do sexo masculino[2], com predominância de indivíduos que se autodeclaram branco (626), pardos (547) e pretos (91).[3] No que concerne à formação, 909 possuem curso de especialização Lato Sensu, 86 cursos Strict Sensu, 81 são graduados em Licenciatura em Pedagogia e 185 em outras licenciaturas, 9 tem curso de Normal Superior, 12 são bacharéis/tecnólogos e 1 possui Ensino Médio. A grande maioria trabalho como docente na educação básica (1274), sendo que 31 tem experiência de até 2 anos, 101 de 3 a 5 anos, 246 de 6 a 10 anos, 337 de 11 a 15 anos, 259 de 16 a 20 anos e 300 acima de 21 anos. Em relação a atuação como diretor escolar, podemos observar a predominância da atuação entre as etapas da educação básica, pois: 524 estão em escolas que ofertam os anos finais do Ensino Fundamental; 313 Ensino Fundamental completo e Ensino Médio; 160 Ensino Fundamental Completo; 107 Ensino Médio; 85 Anos Iniciais; e 85 Anos Finais.

No que concerne as relações, 1233 diretores consideram boa a sua relação com os docentes. A relação entre docentes e diretores escolares pode estar refletindo, conforme ressaltado por Pereira e Rebolo (2017), em boas relações dentro da escola e em um ambiente agradável para o alcance de objetivos pedagógicos que integrem o aprendizado do aluno e o trabalho do professor. Ademais, como assinala Oliveira e Menezes (2018, p. 880) a gestão deve articular as "diretrizes e políticas educacionais públicas; e ações para a implementação dessas políticas e dos projetos pedagógicos".

A relação com os especialistas do PRA que são integrantes do Núcleo de Gestão Pedagógica Regional (NGPR), ou seja, Especialistas da Educação Básica (EEB), Professores de Educação Básica (PEB) nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática e para as áreas de conhecimento de Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Minas Gerais, 2023), que fornecem orientação e apoio na implementação da política, também é boa para 1147 diretores. Dessa forma, surge a hipótese de que a relação com os especialistas do PRA pode influenciar na implementação e uso dos instrumentos da política.

O PRA aponta como instrumentos o reforço escolar e a intervenção pedagógica. O reforço escolar tem como objetivo é auxiliar os alunos a superarem as dificuldades de aprendizagem (Minas Gerais, 2023). Para tal, os especialistas que atuam nas salas de aula utilizam metodologias ativas e atividades para recompor as aprendizagens (Minas Gerais, 2023). Esses professores atuam seguindo o Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG), documento usado como referência para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem nas aulas ministradas nas escolas estaduais de Minas Gerais (Minas Gerais, 2023). O reforço acontece no contraturno ou durante a aula. Já a intervenção pedagógica é realizada a partir de um diagnóstico da aprendizagem dos estudantes que resultará na adoção de diferentes práticas pedagógicas que podem ser trabalhadas de forma interdisciplinar para reduzir as dificuldades detectadas em avaliação diagnósticas aplicadas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) (Minas Gerais, 2023). A intervenção pedagógica acontece durante o período de aula, ou seja, em um dia específico da semana durante o horário da aula.

Esses instrumentos estão presentes no Documento Orientador do PRA. Entretanto, na questão "Nesta escola, há alguma ação de recomposição da aprendizagem dos alunos:", os diretores apontaram como instrumentos aulas de reforço no contraturno, recuperação durante a aula, Intervenção pedagógica durante a aula. Nota-se, por um lado, certa aderência dos instrumentos aos objetivos do PRA, já que reforço e intervenção são estabelecidos na política.

[2] 1 respondente é de gênero fluído/não binário e 4 prefeririam não responder.
[3] 10 se autodeclaram amarelos, 2 indígenas e 9 não se declararam.

DOI: 10.51189/iv-ensipex/50902

ISBN: 9786588884546

Mas, por outro lado, indica certa discricionariedade, isto é, significativa margem de liberdade exercida pelos atores escolares, onde os limites efetivos de seu poder os deixam livres para fazer uma escolha entre possíveis cursos de ação e inação (Lima, 2022), uma vez que 575 escolas possuem recuperação durante a aula. Segundo Lotta (2015), a discricionariedade passa a ser vista "[...] não apenas como uma evidência empírica, mas quase como um ideal normativo, na medida em que fica comprovada a importância da autonomia para o reconhecimento da realidade na implementação das políticas públicas" (Lotta, 2015, p. 28).

Essa discricionariedade é também perceptível quando perguntamos sobre a efetividade dessa política pública. Para 565 diretores o PRA é útil por auxiliar o planejamento de metas e objetivos da escola; 375 para identificar as lacunas de aprendizagem dos alunos; 59 para criar estratégias de reforço escolar para alunos com dificuldade; 47 para aperfeiçoar as estratégias pedagógicas dos docentes; 18 para solucionar as lacunas de aprendizagem; 2 para melhorar o desempenho discente (notas); 2 para elevar os indicadores educacionais.

Portanto, na percepção dos diretores escolares existe aderência dos instrumentos ao objetivo do PRA. Entretanto, por conta da margem de discrionariedade dos atores escolares esses instrumentos podem ter distintas configurações dentro da implementação, uma vez a recuperação durante a aula não é prevista nos objetivos do PRA. Dessa forma, a efetividade da política possui significados e sentidos distintos para os diretores escolares.

4 CONCLUSÃO

Este resumo teve como objetivo analisar a aderência dos instrumentos aos objetivos do Plano de Recomposição da Aprendizagem (PRA), a partir da percepção dos diretores escolares que atuam nas escolas estaduais que ofertam o Ensino Fundamental e/ou o Ensino Médio na rede estadual de Minas Gerais. Embora não se constate diferenciações nos resultados entre as escolas que ofertam Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio em termos de aderência dos instrumentos ao objetivo da política pública PRA, os limites deste estudo, decorrentes da abordagem metodológica, demarcaram pontos de partida para futuras pesquisas qualitativas, com possibilidade de compreender as distintas configurações do PRA dentro das escolas, bem como a participação do diretor escolar na implementação e efetividade da política. Esses estudos podem revelar distintas formas de atuação dos diretores, além de fomentar evidências sobre a necessidade de aperfeiçoamento na formulação do PRA.

Mesmo assim, trata-se de um estudo relevante por colocar luz sob uma política pública que está sendo implementada desde 2023 nas escolas da rede estadual de Minas Gerais e, por conta de sua magnitude e capilaridade, está delineando distintas matizes para a recomposição das aprendizagens.

REFERÊNCIAS

DAMASCENO, G. F. L.; DIAS, I. M. S. S. F.; CHAVES, E. R.. Recomposição da aprendizagem: caminho e/ou possibilidade através do programa Mais Paic. **Epistemologia e Práxis Educativa - EPEduc**, *[S. l.]*, v. 5, n. 3, p. 01–17, 2022.

Gatti, B. A. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. **Estudos Avançados,** *34*(100), 29-42. 2020

GOMIDE, A.; PIRES, R.. Capacidades estatais e democracia: arranjos de políticas públicas. Brasília: **IPEA**, 2014

LIMA, C. C.; RAMOS, M. E. N. e OLIVEIRA, A. L. R.. **Implementação de uma política educacional no contexto da pandemia de Covid-19: o REANP em Minas Gerais.** *Educ.*

DOI: 10.51189/iv-ensipex/50902

ISBN: 9786588884546

Rev. [online]. 2022, vol.38, e78237. Epub 19-Mar-2022.

MARCIANO, K. C. C. A. Ressonâncias Educacionais de uma Proposta (Re)significiativa nas Minas Gerais: andarilhagens do PRA-SEE/MG no âmbito da 18ª Superintendência Regional de Ensino de Juiz de Fora. In: **CONEDU**, 2023, Brasil, Anais. Disponível em: https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/96154 Acesso em: 21/01/2025

MINAS GERAIS. Resolução SEE n.º 4.825/2023. Dispõe sobre o Plano de Recomposição das Aprendizagens (PRA) no apoio às escolas estaduais na elaboração de estratégias de ensino para melhoria da aprendizagem dos estudantes e dos resultados nos indicadores educacionais, e dá outras providências. Disponível em: https://www.educacao.mg.gov.br/documentos-legislacao/resolucao-see-n-o-4-825-2023/ Acesso em: 21/01/2025

MINAS GERAIS. Documento Orientador do PRA. Disponível em: https://www.educacao.mg.gov.br/pra/ Acesso em: 21/01/2025

SOUZA, E. R. Construção dos instrumentos qualitativos e quantitativos. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de. Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 133-156.

SPÍNOLA, P. A. C.; OLLAIK, L. G.. Instrumentos governamentais reproduzem desigualdades nos processos de implementação de políticas públicas? In: PIRES, Roberto (org.). Implementando Desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: **IPEA**, 2019. p. 329-348.

DOI: 10.51189/iv-ensipex/50902